

NOTA Técnica

O PERFIL DO OCUPADO NA CONSTRUÇÃO NA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA EM 2021

Brasília-DF, novembro de 2022

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha
Governador

Paco Britto
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAD**

Ney Ferraz Júnior
Secretário

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA
DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF Codeplan**

Jeansley Lima
Presidente

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga
Diretora de Desenvolvimento Institucional

Renata Florentino de Faria Santos
Diretora de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Daienne Amaral Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Clarissa Jahns Schlabit
Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS - DIEPS

- Clarissa Jahns Schlabitz - Diretora

Coordenação de Análise Econômica e Contas Regionais - CAECO/DIEPS

- Jéssica Filardi Milker Figueiredo - Coordenadora (até setembro/2022)
- Bruno Costa Santos Gonçalves - Estagiário

Coordenação de Estatística - COEST/DIEPS

- Frederico Lara de Souza - Coordenador
- Érica Lima Ambrosio - Gerente de Informações Estatísticas - GIEST/COEST/DIEPS

Revisão e copidesque

Eliane Menezes

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A ECONOMIA DISTRITAL EM 2021: UM BREVE RELATO	8
3. O PERFIL DO OCUPADO DA CONSTRUÇÃO NO DF, NA PMB E NA AMB	11
3.1. Aspectos sociodemográficos.....	12
3.2. Ocupações e formas de vinculação	16
4. RENDIMENTO DOS OCUPADOS NA CONSTRUÇÃO	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

1. INTRODUÇÃO

A construção colabora intensamente para a geração de emprego e renda das regiões, uma vez que suas atividades são intensivas em mão de obra, isto é, necessitam de um grande contingente de ocupados para executar suas obras e seus empreendimentos. Dessa forma, é oportuno entender melhor o setor, e um dos caminhos foi levantar o perfil dos ocupados na Construção.

Esta Nota Técnica visa a identificar as principais características dos ocupados na construção na capital do país, ou seja, daqueles que residem na Periferia Metropolitana de Brasília (PMB) e, ainda, a avaliar os indicadores para a Área Metropolitana de Brasília para oferecer uma perspectiva geral nesse segmento. A AMB nada mais é do que a junção do Distrito Federal com a Periferia Metropolitana de Brasília. A PMB é composta pelos 12 municípios que compreendem o entorno do DF¹ (CODEPLAN, 2022).

Assim, por meio de dados levantados para o ano de 2021, a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Distrito Federal, realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan) e em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), foi possível conhecer as características daquele público.

As informações sobre absorção da força de trabalho, remunerações e formas de inserção ocupacional na construção ajudam a entender melhor as especificidades desse segmento produtivo e, também, o comportamento desse mercado de trabalho. Na primeira seção, é apresentada uma breve descrição da conjuntura econômica distrital do ano de 2021 para, em seguida, analisar o perfil dos ocupados na construção na AMB, PMB e Distrito Federal. Na terceira seção, o foco é dado aos rendimentos dos ocupados na construção, observando-se as diferenças entre os vários aspectos levantados na seção anterior. Por fim, as considerações finais.

¹ Os municípios compreendem: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, e Valparaíso de Goiás.

2. A ECONOMIA DISTRITAL EM 2021: UM BREVE RELATO

O cenário econômico do Distrito Federal foi marcado por uma menor intensidade das medidas de distanciamento social e de restrições ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais adotadas para combater a disseminação da Covid-19. Essa situação, associada ao avanço da vacinação da população da capital do país beneficiou o nível de atividade produtiva local, o que produziu resultados positivos, principalmente sobre o mercado de trabalho e sobre o nível de consumo das famílias.

Contudo alguns fatores como a queda dos rendimentos médios dos ocupados, a manutenção de uma persistente e elevada inflação e o aumento da taxa básica de juros brasileira (Selic) impediram resultados mais expressivos.

Diante dessa dinâmica, em 2021, estima-se que a economia distrital avançou 3,8% em relação a 2020 de acordo com o Índice de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (Idecon-DF), refletindo o bom desempenho observado nos setores de Serviços (+3,0%) e da Indústria (+5,2%). A Agropecuária, por sua vez, influenciada por fatores climáticos adversos, amargou uma queda de 3,0% no período. O crescimento produtivo traduziu-se em aumento do nível de ocupação da capital, reduzindo a taxa de desemprego local.

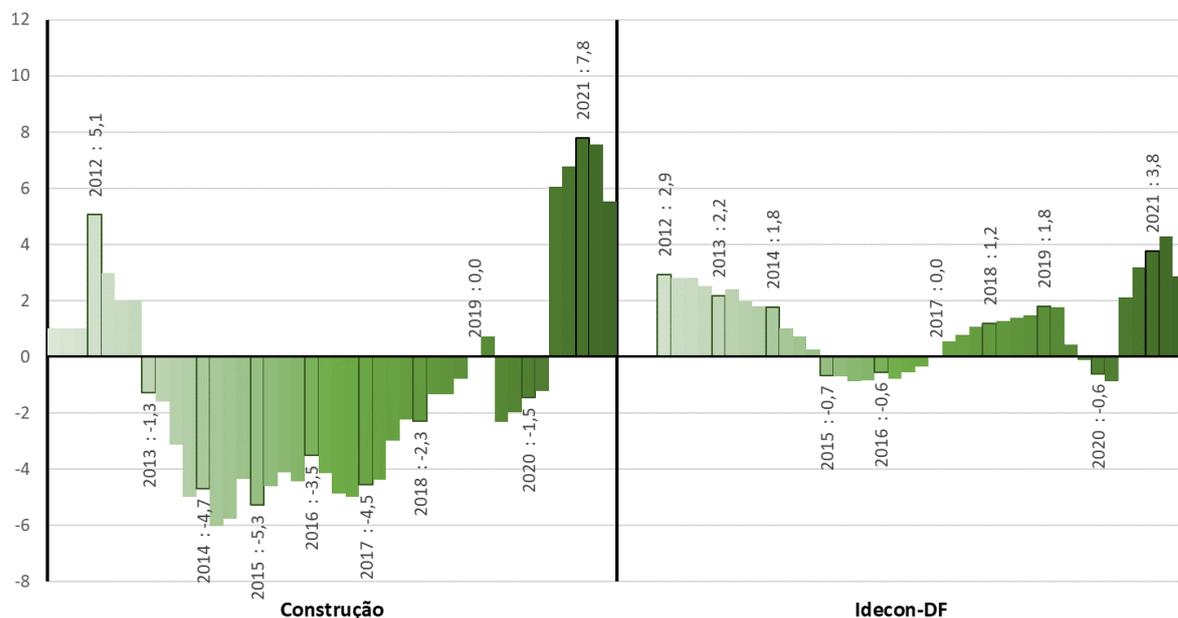
De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF), a taxa de desemprego ficou em 15,9% no final de 2021, o que representa um recuo de 2,1 pontos percentuais (p.p.) em relação a dezembro do ano anterior e com o menor percentual desde janeiro de 2016.

Focando a análise no mercado formal, o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) constatou um saldo positivo de 56.011 postos de trabalho no acumulado em 2021. Mesmo com o aumento das ocupações, houve uma queda da massa de rendimentos dos moradores de Brasília, o que prejudicou o consumo do período.

Esse prejuízo foi reforçado pela inflação que colaborou para corroer o poder de compra das famílias. O aumento de preços, mensurado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou uma alta de 9,34% no Distrito Federal.

A evolução do nível geral de preços foi ditada por fatores internos e externos à economia que provocaram aumento de custos. O cenário de inflação elevada concentrada em itens que são considerados insumos de outros bens e serviços ajudou o aumento de preços a espalhar pela cesta de consumo distrital.

Nesse cenário, estima-se que o segmento de construção apresentou um crescimento de 7,8% em 2021; apontou a maior variação acumulada entre as atividades produtivas acompanhadas pelo Idecon-DF. Cabe destacar, também, que foi a maior variação registrada do setor em um ano em toda a série histórica do Idecon-DF conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Variação % acumulada em quatro trimestres - Idecon-DF e Idecon-DF da Construção - 2012 a 2022

Fonte: Codeplan/IPEDF Codeplan
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

Com o maior nível de atividade produtiva, também cresceram as oportunidades de trabalho nesse segmento. Dessa forma, o número de ocupados em atividades relacionadas à construção cresceu exponencialmente em 2021, chegando a absorver, em média,² um contingente de 78 mil pessoas no Distrito Federal.

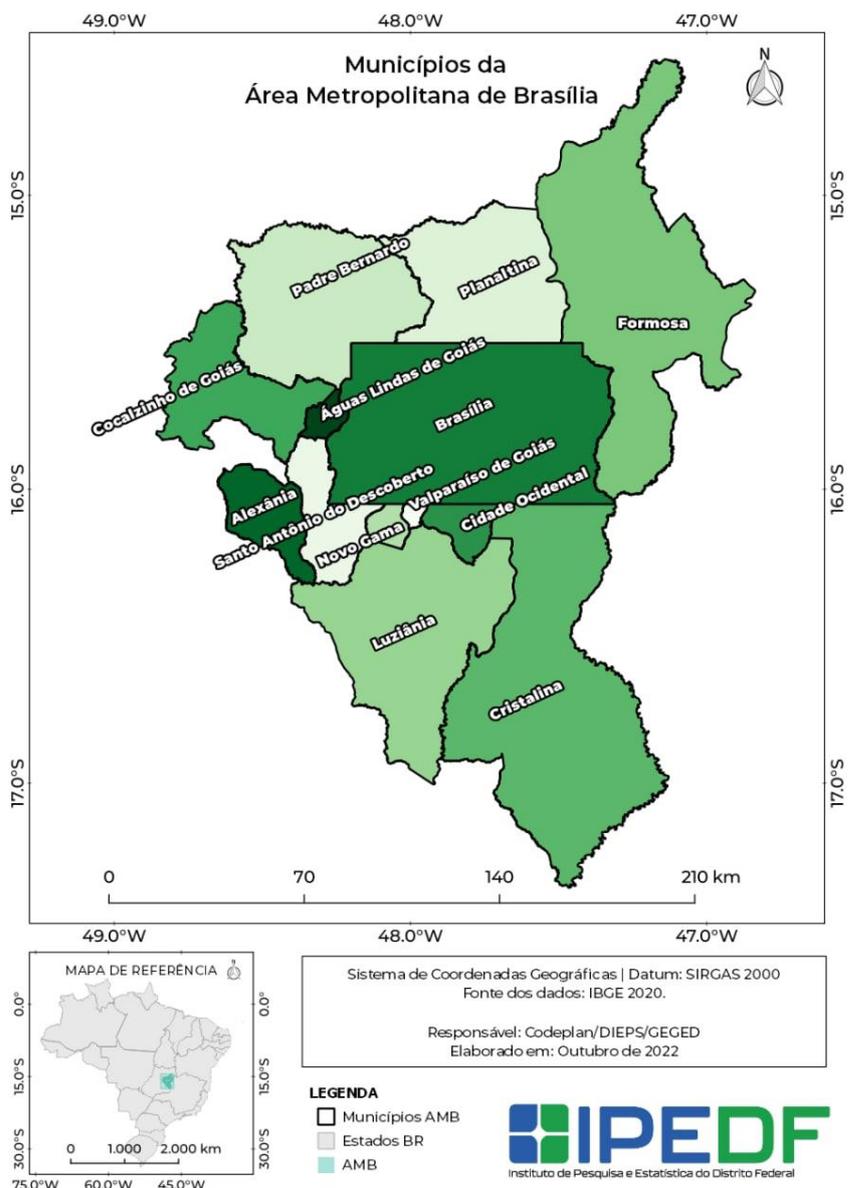
Além disso, a Construção ocupou 64 mil pessoas em média, em 2021, na PMB, dos quais, 51,7% foram ao Distrito Federal trabalhar. Isso porque a economia não conhece fronteiras e, por isso, extrapola os limites das cidades estabelecendo relações de cooperação e colaboração com as áreas adjacentes. No mercado de trabalho, em geral, isso não é diferente, de forma que ocupados se deslocam de suas residências, seja em bairros, cidades, seja em estados diferentes, para trabalhar nos centros de emprego (THISSE, 2011).

A Área Metropolitana de Brasília (AMB) foi identificada em um estudo que avalia o grau de interação dos municípios do entorno do Distrito Federal. (CODEPLAN, 2014). A partir dessa nota, passou-se a utilizar o termo para se referir ao território que engloba tanto o Distrito Federal como os 12 municípios de Goiás que envolvem o Distrito Federal. O Mapa 1 apresenta a AMB e seus municípios.

Nessa mesma Nota Técnica, foi cunhado o termo Periferia Metropolitana de Brasília (PMB) que se refere aos 12 municípios goianos, exclusive o Distrito Federal. Os indicadores que serão mostrados a seguir utilizam esses três níveis territoriais (DF, PMB, AMB) para melhor compreensão do mercado de trabalho da construção no DF e nas suas áreas de influência econômica.

² De acordo com a PED-DF, houve um crescimento de 25 mil pessoas ocupadas no segmento da construção no Distrito Federal entre janeiro e dezembro de 2021. Contudo os valores a serem tratados nesse estudo consideram o valor médio do nível de ocupação no ano.

Mapa 1 - Área Metropolitana de Brasília



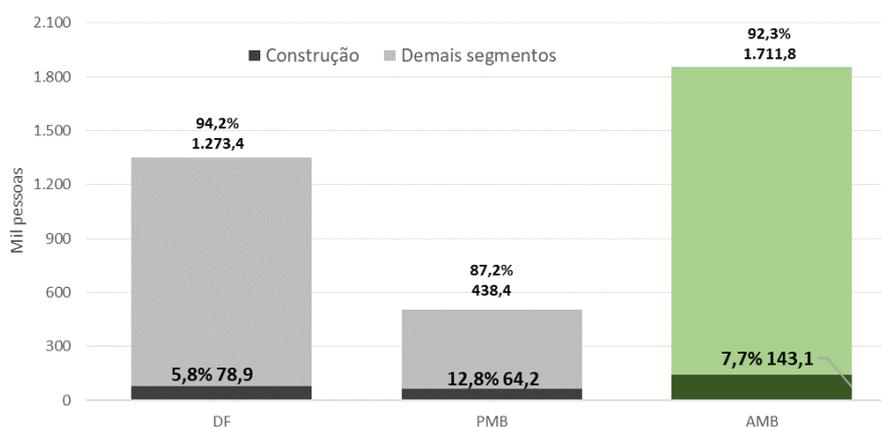
Elaboração: COGEO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

3. O PERFIL DO OCUPADO DA CONSTRUÇÃO NO DF, NA PMB E NA AMB

A população ocupada do Distrito Federal foi estimada em 1,35 milhão de pessoas em 2021, das quais, 78,88 mil³ realizaram atividades relacionadas à construção no trabalho principal. Dessa forma, calcula-se que o segmento empregou 5,8% da força de trabalho ocupada na capital federal (Gráfico 2).

De acordo com o Idecon-DF, o percentual de participação da construção no mercado de trabalho local chama a atenção, dado que a atividade é responsável por 2,0% da estrutura produtiva da economia distrital. Assim, é evidente que o segmento possui uma significativa capacidade de alocar mão de obra.

Gráfico 2 - Distribuição da população ocupada segundo os segmentos produtivos - DF, PMB e AMB - 2021 (Mil pessoas)



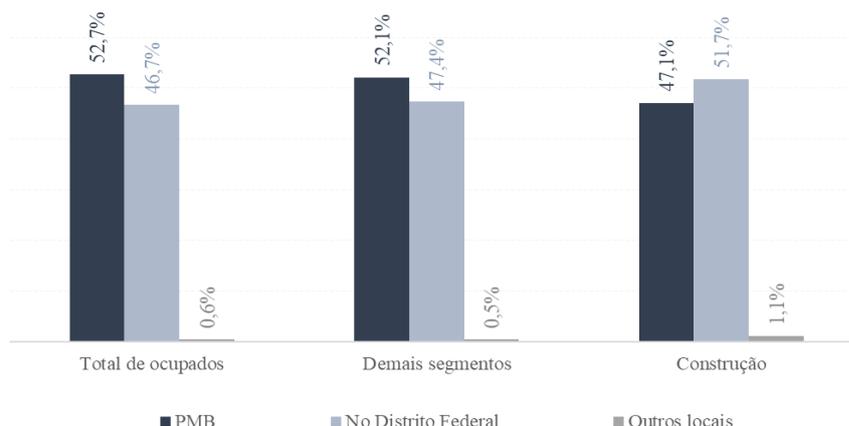
Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

Na PMB, a população ocupada na construção alcançou 64,2 mil pessoas, representando 12,8% do total da população ocupada nesses municípios. Isso significa que a construção é um setor ainda mais importante, relativamente, à sua força de trabalho, na PMB: indica que ao menos uma em cada dez pessoas ocupadas trabalha no segmento.

Além disso, dos 234 mil ocupados que moravam na PMB em 2021 e trabalhavam no DF, 33,2 mil deles atuavam no setor da construção (Gráfico 3). Ou seja, 51,7% do total de ocupados na construção da PMB tinham, como local de trabalho, o Distrito Federal. Esse contingente reforçou a oferta da mão de obra do setor na capital brasileira em 2021, totalizando 112,1 mil ocupados na construção no DF (dos quais, 29,6% moram na PMB). Isso ratifica o entendimento de que o mercado de trabalho da construção no DF não se restringe ao seu próprio território.

³ Conforme mencionado, esse valor se refere à média anual do número de ocupados no segmento da Construção no Distrito Federal em 2021.

Gráfico 3 - Principal local de trabalho dos ocupados da PMB - PMB - 2021 (%)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

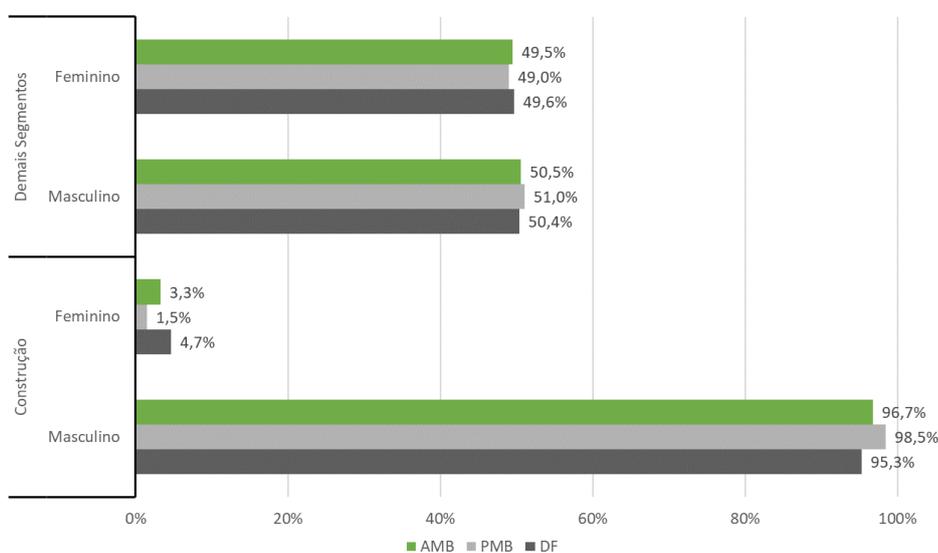
3.1. Aspectos sociodemográficos

A força de trabalho empregada na construção caracteriza-se por ser composta majoritariamente por homens (Gráfico 4).

No Distrito Federal, cerca de 75,1 mil (95,3%) dos ocupados no segmento de construção eram do sexo masculino. As mulheres que atuaram no setor somaram 3,7 mil (4,7%). A predominância masculina nas ocupações é mais intensa na construção do que nos demais segmentos produtivos da capital federal, onde os homens representam 45,7% das ocupações de 2021. Esse padrão se repete quando se olha para a PMB; dos 64,2 mil ocupados, estima-se que 63,2 mil ou 98,5% sejam do sexo masculino.

Esse quadro que, se de um lado há uma questão estrutural do mercado de trabalho, do outro, há um potencial de crescimento e inserção de mulheres no setor.

Gráfico 4 - Distribuição dos ocupados na construção e demais segmentos segundo o sexo - DF, PMB, AMB - 2021 (%)

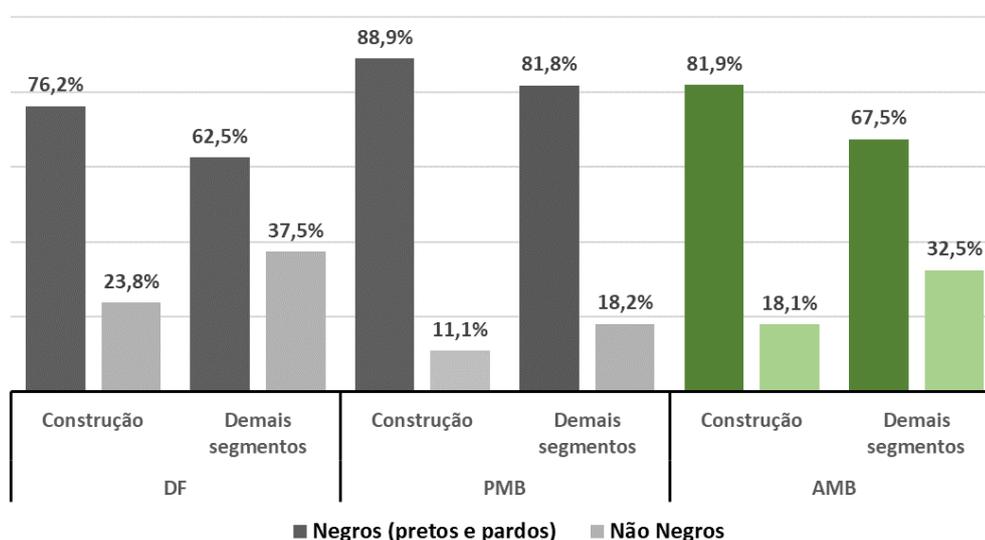


Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

Já em relação à raça/cor, a construção apresenta uma participação acima da média de pessoas que se declaram negras, tanto no DF como na PMB (Gráfico 5). Assim, dos ocupados na construção na AMB, 81,90% eram negros em 2021, enquanto entre os ocupados nos demais segmentos, esse percentual era de 67,5%.

Na PMB, a participação de negros na construção é de 88,9%, uma diferença de 7,1 pontos percentuais em relação à participação relativa dessa população nos demais segmentos produtivos. No DF, essa diferença percentual é ainda maior, de 13,7 p.p., enquanto na construção, os negros participavam com 76,2% do mercado de trabalho; nos demais segmentos, esse percentual era de 62,5%. Ou seja, o setor parece ser mais inclusivo do que os demais segmentos da atividade econômica.

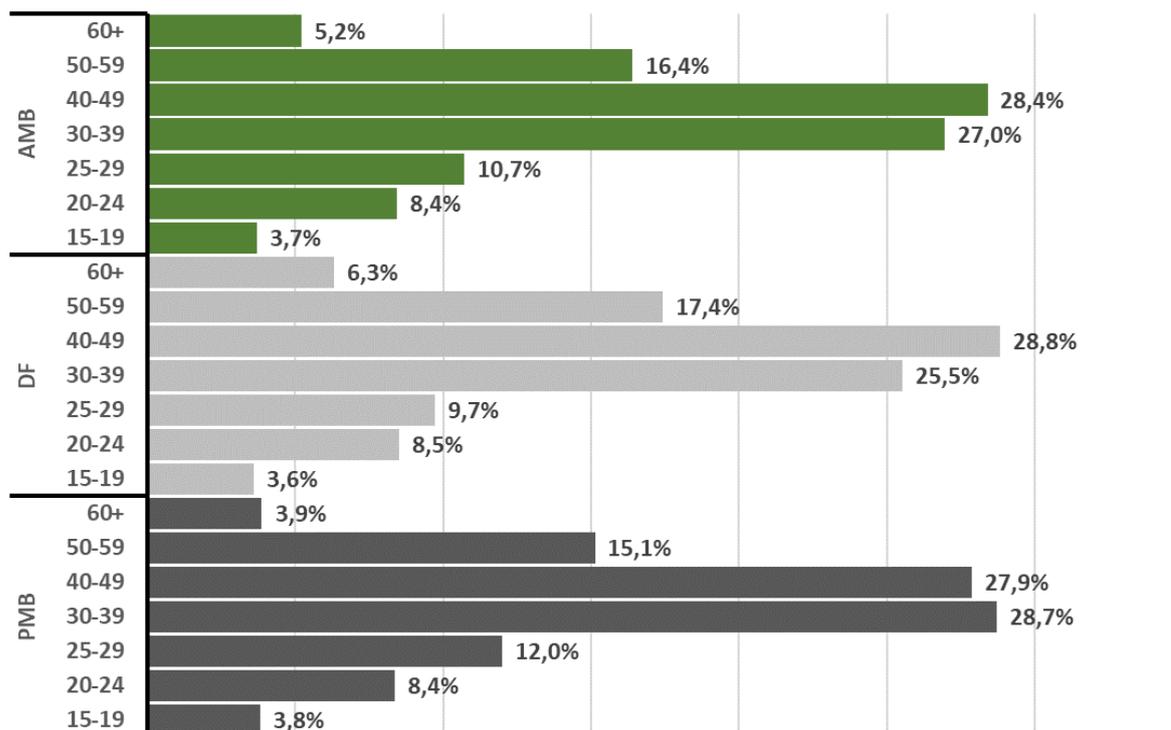
Gráfico 5 - Distribuição dos ocupados na construção e demais segmentos segundo a raça/cor - DF, PMB, e AMB - 2021 (%)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

Outro aspecto demográfico diz respeito à faixa etária dos ocupados no setor. NA AMB, observa-se que a maior participação é dos indivíduos na faixa etária de 30 a 49 anos (55,5%) conforme apresentado no Gráfico 6. Isso pode ser interpretado como um indicativo de que a experiência profissional é valorizada nessa atividade, bem como uma consequência da exigência de relativo vigor físico para o desempenho das funções (DIEESE, 2017).

Ainda, enquanto no Distrito Federal pessoa com mais de 50 anos representam 23,7% da força de trabalho entre os ocupados, na PMB, esse percentual cai para 19%. No outro extremo, a construção contrata, relativamente, uma população mais jovem (de 15 a 29 anos) na PMB: quase um quarto (24,2%) dos ocupados na construção se encontra nessa faixa etária.

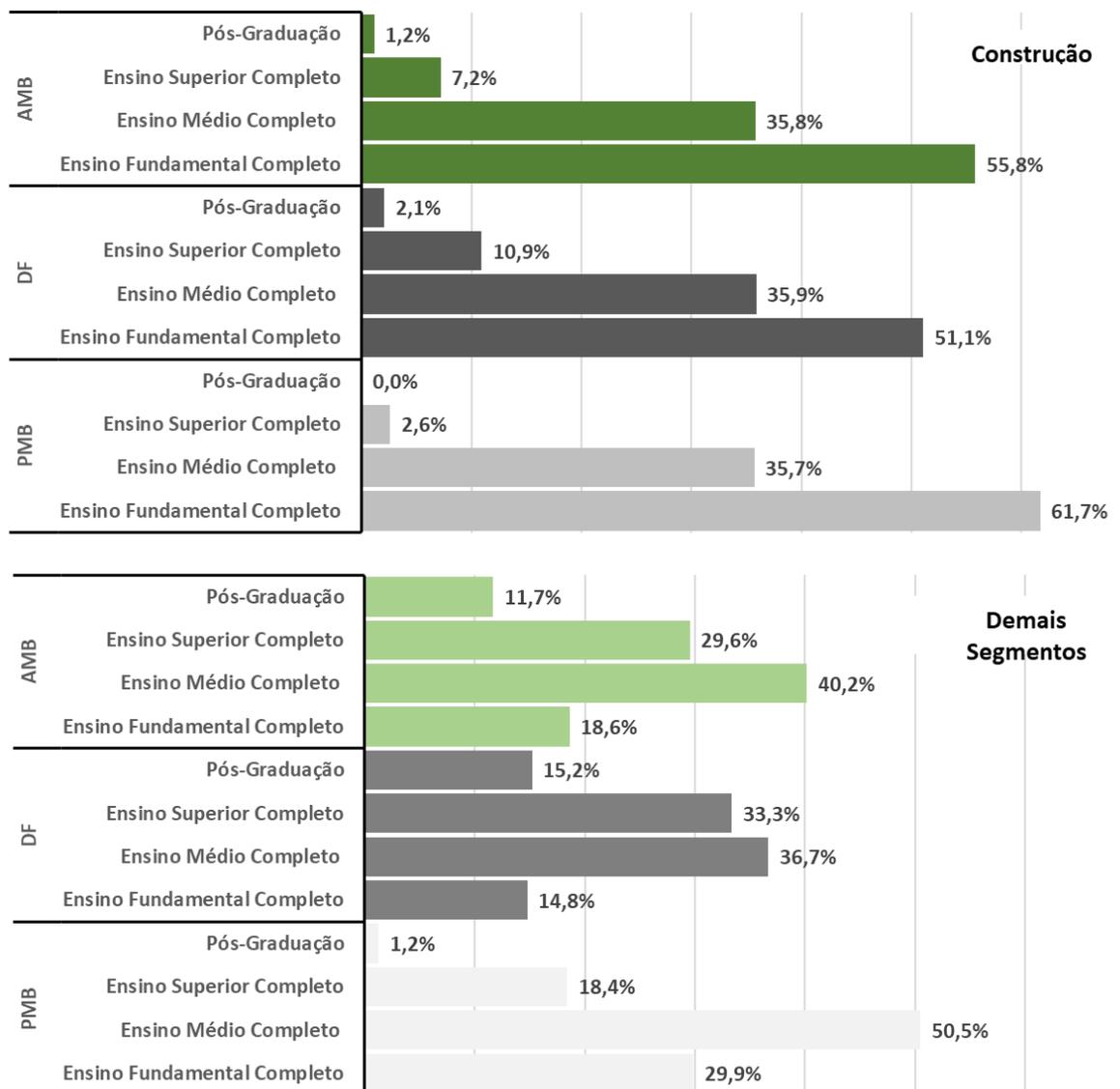
Gráfico 6 - Distribuição dos ocupados na construção segundo a faixa etária - DF, PMB, AMB - 2021 (%)

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

O grau de escolaridade também é um aspecto relevante a ser considerado quando se busca compreender o perfil daqueles que atuam na construção (Gráfico 7).

Na AMB, os ocupados no setor possuíam, em sua grande maioria, o Ensino Fundamental Completo (55,8%) ou o Ensino Médio Completo (35,8%), apresentando percentuais maiores do que nos demais segmentos produtivos (18,6% e 40,2%, respectivamente). Assim, a construção caracterizada por uma participação mais diminuta de profissionais com Ensino Superior Completo (7,2%) e Pós-Graduação (1,2%) do que nas demais atividades (29,6% e 11,7%, respectivamente).

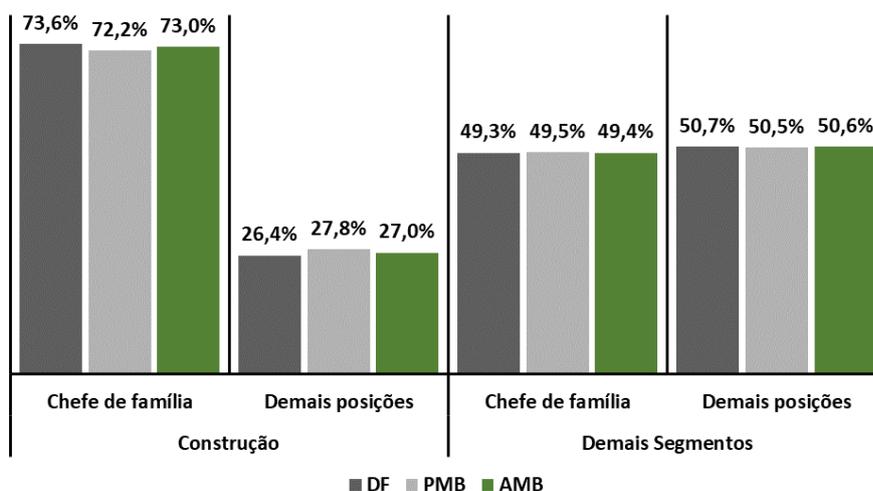
A participação de ocupados com ensino superior completo é ainda menor entre aqueles que moram na PMB: apenas 2,6% contra 10,9% no DF, revelando que a mão de obra da construção que mora nos municípios do entorno do DF é relativamente menos qualificada do que aquela que mora no Distrito Federal. Cabe ressaltar, no entanto, que o menor nível de escolaridade do setor é condizente com os requisitos das principais ocupações de demandas no segmento.

Gráfico 7 - Distribuição dos ocupados na construção e demais segmentos, por nível de escolaridade - DF, PMB e AMB - 2021 (%)

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

A construção também é marcada pela inserção de ocupados que assumem a posição de chefes ou responsáveis pelas suas famílias. Na AMB, 73,0% dos ocupados em atividades relacionadas à construção foram considerados os principais encarregados de prover os meios de subsistência de suas respectivas famílias, enquanto nos demais segmentos produtivos, esse percentual foi de 49,4% (Gráfico 8).

Essa característica ocorre tanto para os moradores do Distrito Federal como os da Periferia Metropolitana de Brasília. Essa diferença impõe certo grau de responsabilidade do setor: em uma situação de crise econômica na construção, em que há aumento dos desligamentos, a redução de ocupados da construção implica colocar, possivelmente, toda uma família em situação de maior vulnerabilidade.

Gráfico 8 - Distribuição dos ocupados na construção e demais segmentos segundo a posição no domicílio - DF, PMB, AMB - 2021 (%)

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

Diante do exposto, evidencia-se que o perfil sociodemográfico dos ocupados da construção, seja na AMB, PMB, seja no DF, é composto majoritariamente por homens negros em idade adulta, chefes de família e baixa escolaridade. A seguir serão analisados alguns dos aspectos dos ocupados quanto às ocupações e à forma de vinculação às suas ocupações no mercado da construção.

3.2. Ocupações e formas de vinculação

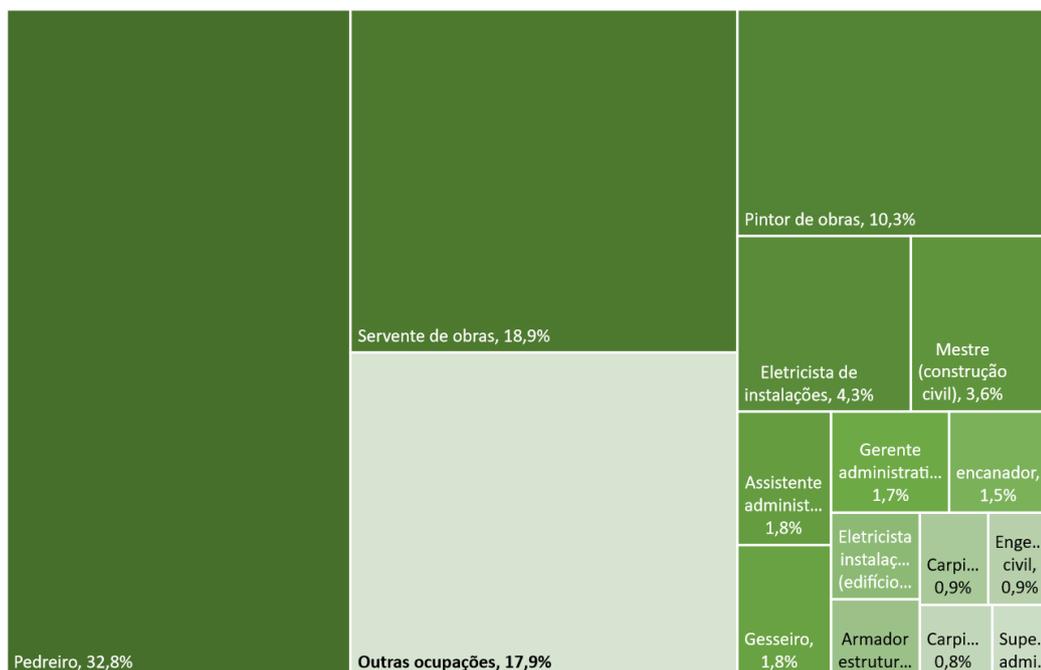
O aspecto a ser considerado no mercado de trabalho são as principais ocupações exercidas pelas pessoas que atuam na construção da Área Metropolitana de Brasília. De maneira geral, observa-se que as principais funções estão relacionadas à execução de tarefas braçais como é o caso dos pedreiros (46,8 mil ocupados ou 32,8%), serventes de obras (27,1 mil ocupados ou 18,9%) e dos pintores de obras (14,7 mil ocupados ou 10,3%).

As ocupações de gestores da construção, como mestre de obras e engenheiro civil, possuem menor participação, natural do processo produtivo de hierarquia vertical. Essas ocupações correspondem, respectivamente, a 3,6% (5,2 mil pessoas) e 0,9% (1,3 mil pessoas) do total das ocupações na Área Metropolitana de Brasília. As 15 principais ocupações podem ser observadas no Gráfico 9.

Conforme pode ser visto no Gráfico 10, o perfil de ocupados varia quando se compara os moradores do DF com os da Periferia Metropolitana de Brasília. A participação relativa de pedreiros e serventes de obras e mestres de obras é maior, relativamente, na PMB do que no Distrito Federal. Enquanto na PMB eles participam, respectivamente, com 36,5%, 19,1% e 4,5%, no DF, esses números são: 28,2%, 18,8% e 2,9%.

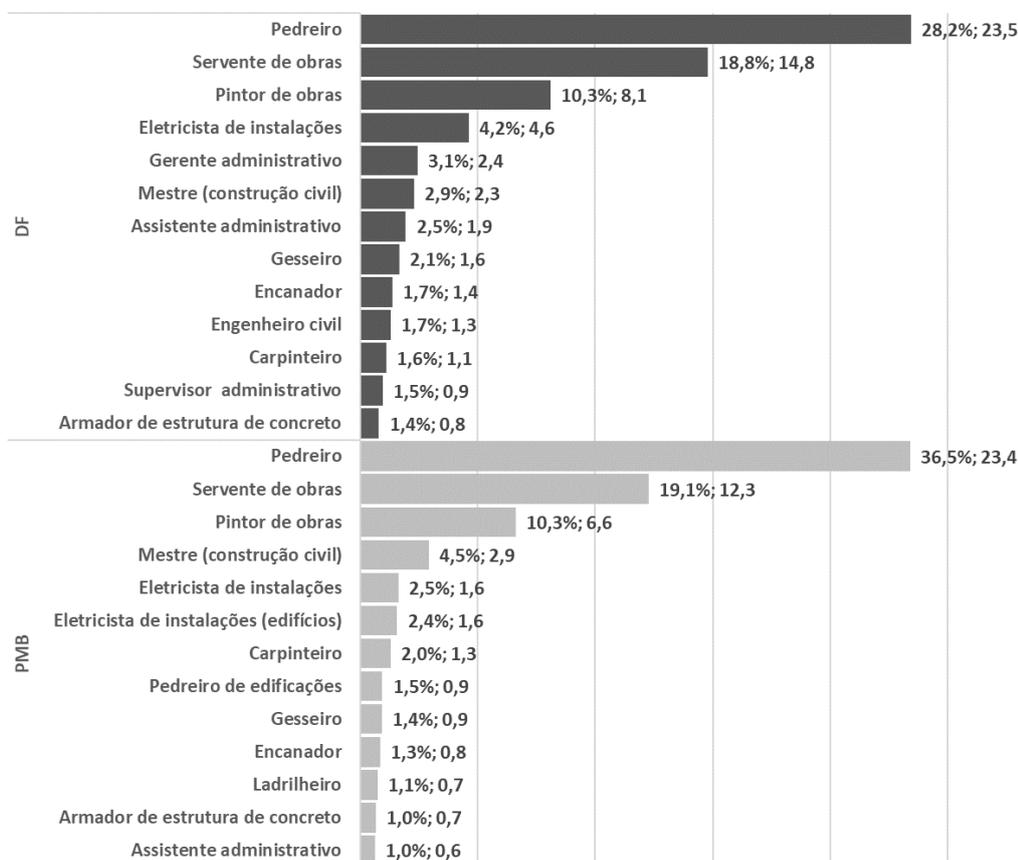
Já as ocupações de gerente administrativo, engenheiro civil e supervisor administrativo sequer aparecem entre as 13 principais na Periferia Metropolitana de Brasília. Isso indica, mais uma vez, que a oferta de trabalho existente na PMB é em geral composta por trabalhadores de menor qualificação.

Gráfico 9 - Distribuição das 15 principais ocupações da construção - AMB - 2021 (%)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

Gráfico 10 - Distribuição das principais ocupações da construção - DF e PMB - 2021 (% e em mil pessoas)

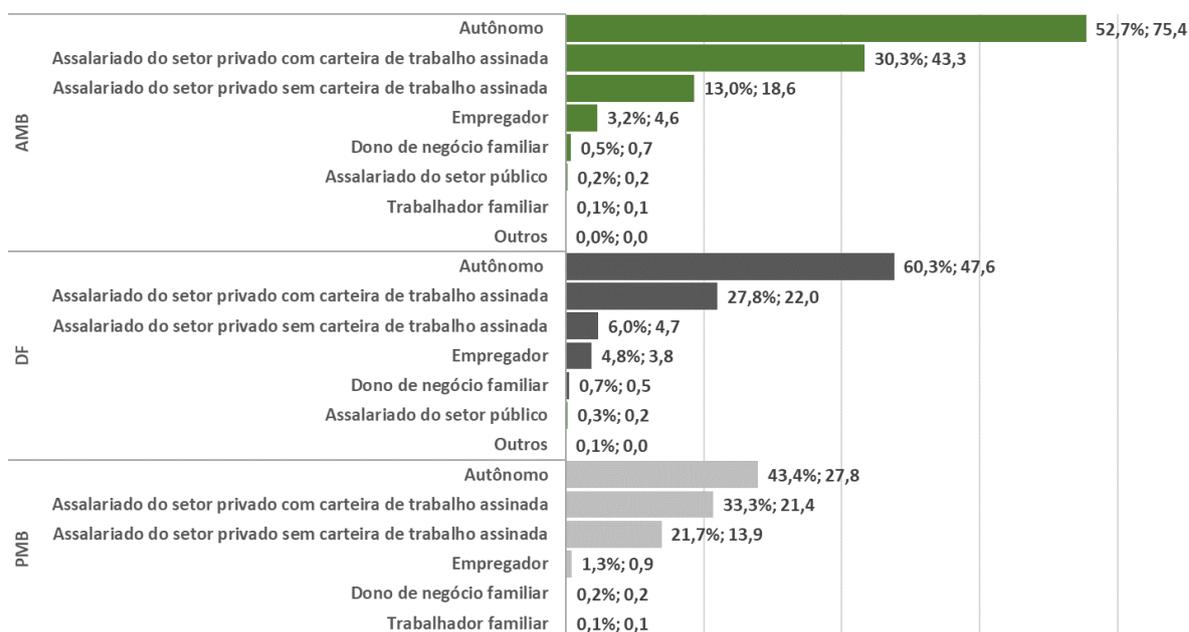


Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

A forma de vinculação às ocupações aparece no Gráfico 11. O perfil de inserção ocupacional da construção revela que mais da metade dos ocupados na construção na AMB eram autônomos (75,4 mil ocupados ou 52,7%). Em seguida, aparecem os assalariados que trabalhavam no setor privado e possuíam carteira de trabalho; é a segunda maior categoria de ocupados e absorve 43,3 mil pessoas (30,3%). A terceira forma de vinculação é a do trabalhador do setor privado sem carteira assinada, uma das categorias de trabalho informal.

Cabe, ainda, mencionar que, no DF, o assalariado no setor público aparece 0,3% de participação, enquanto essa categoria não se destaca na PMB, indica que grande parte dos servidores públicos da construção reside no Distrito Federal.

Gráfico 11 - Principais formas de inserção ocupacional dos ocupados na construção - DF, PMB e AMB - 2021 (% e mil pessoas)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

Os tipos de vinculação ajudam a explicar o porquê de a informalidade ser mais intensa na construção do que nos demais segmentos produtivos do Distrito Federal. A informalidade é uma característica de atividades econômicas legais que são realizadas em certos aspectos à margem da lei.

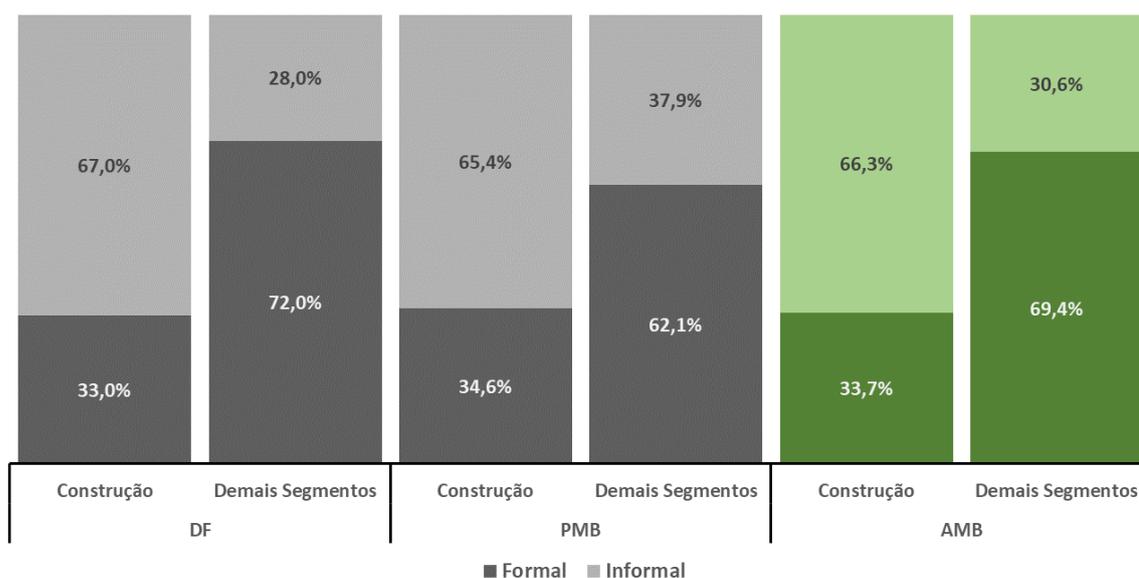
Sabe-se que são vários os fatores negativos associados à informalidade, entre eles: o baixo crescimento econômico (dificuldade de organização e expansão da atividade econômica), baixa produtividade, menor rede de proteção social ao trabalhador e, também, invisibilidade do trabalho (que não é visto e, portanto, medido como fator de produção de riqueza). Os dados a seguir se concentram tão somente na informalidade no mercado de trabalho⁴ conforme pode ser visto no Gráfico 12.

⁴ São considerados informais os ocupados inseridos no mercado de trabalho como: i) Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada; ii) Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada; iii) Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - sem carteira de trabalho assinada; iv) Empregador sem CNPJ; v) Conta própria sem CNPJ; e vi) Trabalhador familiar auxiliar.

Desta forma, na AMB aqueles ocupados considerados informais no setor representaram 65,4% do total do segmento. Isso equivale a 94,8 mil ocupados. Esse padrão de alta participação da informalidade no setor da construção é observado tanto no DF (67,0%) como na PMB (65,4%).

Destaca-se que é um percentual muito mais elevado do que nos demais segmentos de atividade econômica, que possuem entre um quarto e um terço de ocupados na informalidade. Essa é uma característica já identificada no setor e ratificada com esse levantamento.

Gráfico 12 - Distribuição dos ocupados da construção, demais segmentos, segundo o grau de formalidade - DF, PMB e AMB - 2021 (%)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

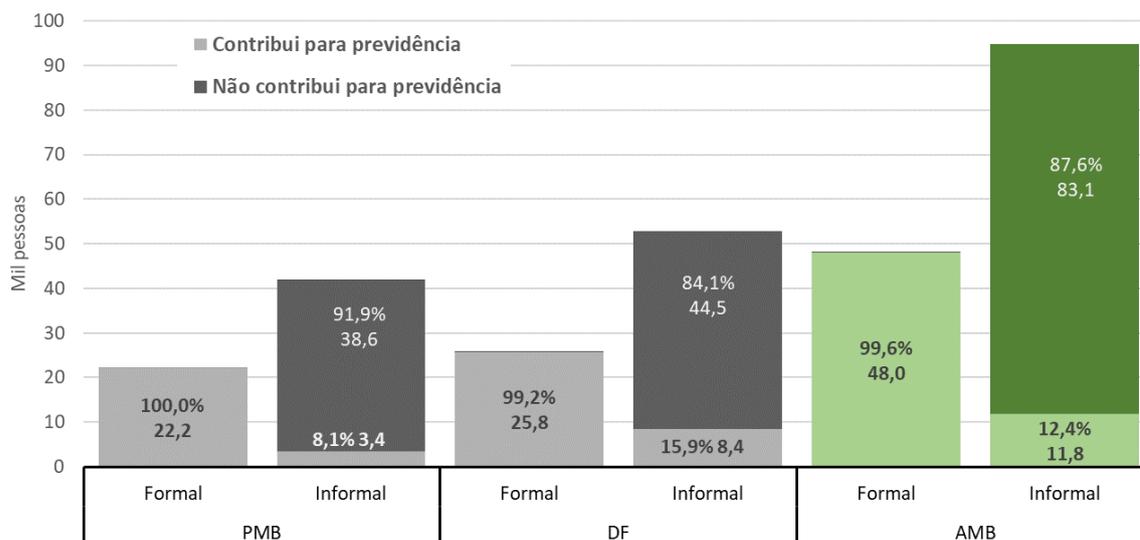
Apesar de a informalidade conferir certo dinamismo à atividade devido à facilidade de rotatividade da mão de obra, ela também implica problemas relativos a perdas das garantias da legislação trabalhista, como incentivo à estabilidade, direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e férias remuneradas, entre outros benefícios. Outra dificuldade que o ocupado informal enfrenta são os entraves ao acesso a crédito ou a impossibilidade de assumir certos compromissos que exijam a comprovação de renda fixa.

Ressalte-se, também, que a informalidade, em geral, está ligada à não contribuição previdenciária, oferecendo menor proteção social em casos de afastamentos por acidentes de trabalho ou por doença ocupacional, além da garantia de um valor mínimo de aposentadoria no momento oportuno.

Na AMB, com exceção daqueles que já são formalizados e contribuem automaticamente para a previdência, apenas 11,8 mil pessoas (12,4%) ocupadas no setor afirmaram contribuir todos os meses para assegurar uma renda mínima para o momento em que elas não puderem trabalhar.

De acordo com o Gráfico 13, o Distrito Federal possui mais ocupados informais, relativamente, que contribuem para a previdência (15,9%) do que a PMB (8,1%).

Gráfico 13 - Distribuição de ocupados na construção segundo a contribuição para alguma previdência e segundo o grau de formalidade - DF, PMB, AMB - 2021 (% e mil pessoas)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

Vale mencionar que a previdência social é um seguro público que permite que seus contribuintes tenham direito a diversos benefícios, inclusive a aposentadoria. Assim, infere-se que há um baixo acesso dos ocupados da construção do Distrito Federal à aposentadoria.

Segundo as estimativas, o valor médio das aposentadorias dessa categoria entre os moradores do DF era de R\$ 2.807 e a idade média de aposentadoria, de 68 anos. Para a PMB, a aposentadoria média, em 2021, era de R\$ 1.244 e idade de 69 anos.

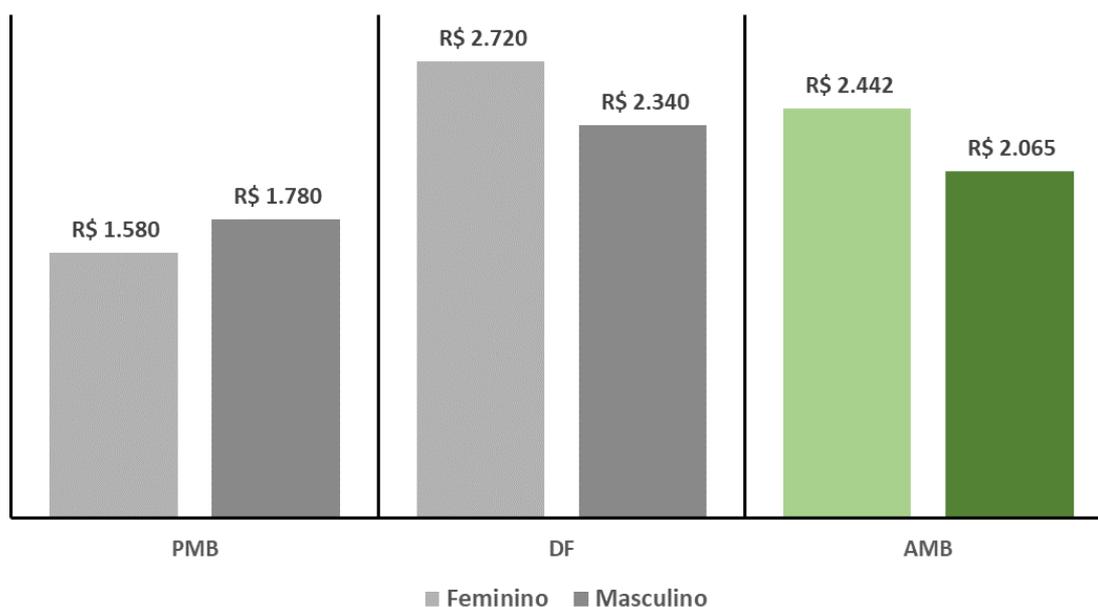
4. RENDIMENTO DOS OCUPADOS NA CONSTRUÇÃO

O rendimento médio dos ocupados na construção será analisado sob algumas perspectivas: sexo, raça/cor, escolaridade, posição na ocupação e grau de informalidade.

De maneira geral, o rendimento médio do ocupado na construção na AMB foi de R\$ 2.075 em 2021, valor inferior à média das remunerações dos demais segmentos de R\$ 3.263 no mesmo ano.

Na PMB, a remuneração média do setor em 2021 foi de R\$ 1.778 enquanto, no DF, foi de R\$ 2.356. No setor, as remunerações mais elevadas do segmento foram encontradas entre as mulheres (Gráfico 14) na AMB e no DF; na PMB, a remuneração dos homens é maior. Possivelmente, a diferença salarial encontrada na capital diga respeito ao tipo de ocupação que as mulheres assumem na construção, por exemplo, com cargos de maior nível de qualificação.

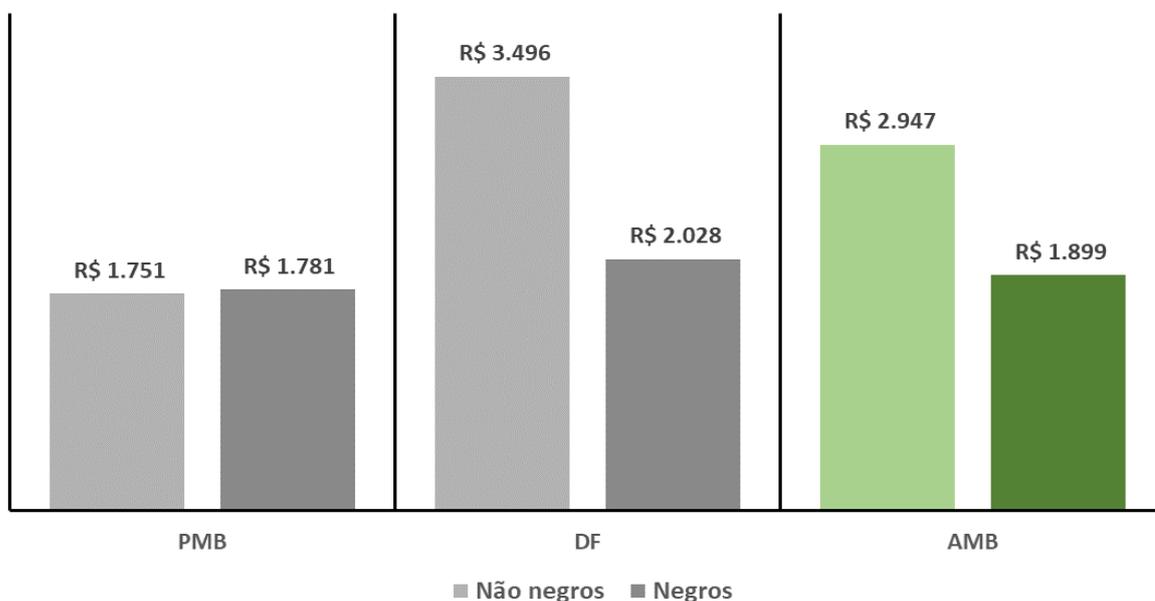
Gráfico 14 - Rendimento médio do ocupado na construção segundo o sexo - DF, PMB, AMB - 2021 (R\$) (a preços de dezembro de 2021)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

A diferença salarial não é observada somente entre sexo mas, também, é vista quando analisada sob a perspectiva de raça/cor. Negros ganhavam, em 2021, cerca de 64,4% do valor do rendimento médio de não negros na AMB, ou seja, cerca de dois terços.

Essa disparidade é bastante acentuada no Distrito Federal, revelando que a desigualdade racial é também uma realidade no setor da construção. A média de rendimentos segundo a raça/cor pode ser vista no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Rendimento médio do ocupado na construção segundo a raça/cor - DF, PMB, AMB - 2021 (R\$) (a preços de dezembro de 2021)

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

A disparidade de remuneração existente entre a PMB e o DF pode estar relacionada, entre outros, à escolaridade dos ocupados na construção. Conforme visto, a mão de obra que mora nos municípios do entorno possui, em geral, menor grau de escolaridade; é majoritariamente composta por pessoas com até o ensino fundamental completo, 61,7%.

Ainda que no Distrito Federal esse contingente seja também majoritário, com 51,1%, há uma distância de dez pontos percentuais. Sabe-se que uma menor escolaridade implica menor produtividade e, também, execução de serviços de menor complexidade. A essas características está relacionada à remuneração dos ocupados.

Dessa forma, disparidades salariais são também identificadas entre os diferentes níveis educacionais da mão de obra e se comportam de acordo com o esperado. Os maiores rendimentos são registrados entre aqueles que possuem pós-graduação (R\$ 7.698) ou somente graduação completa de ensino superior (R\$ 4.755). Já os menores rendimentos aparecem entre os que possuem ensino fundamental completo (R\$ 1.733, em média para a AMB). Em média, um pós-graduado recebe mais de quatro vezes o que recebe um ocupado com apenas o fundamental completo.

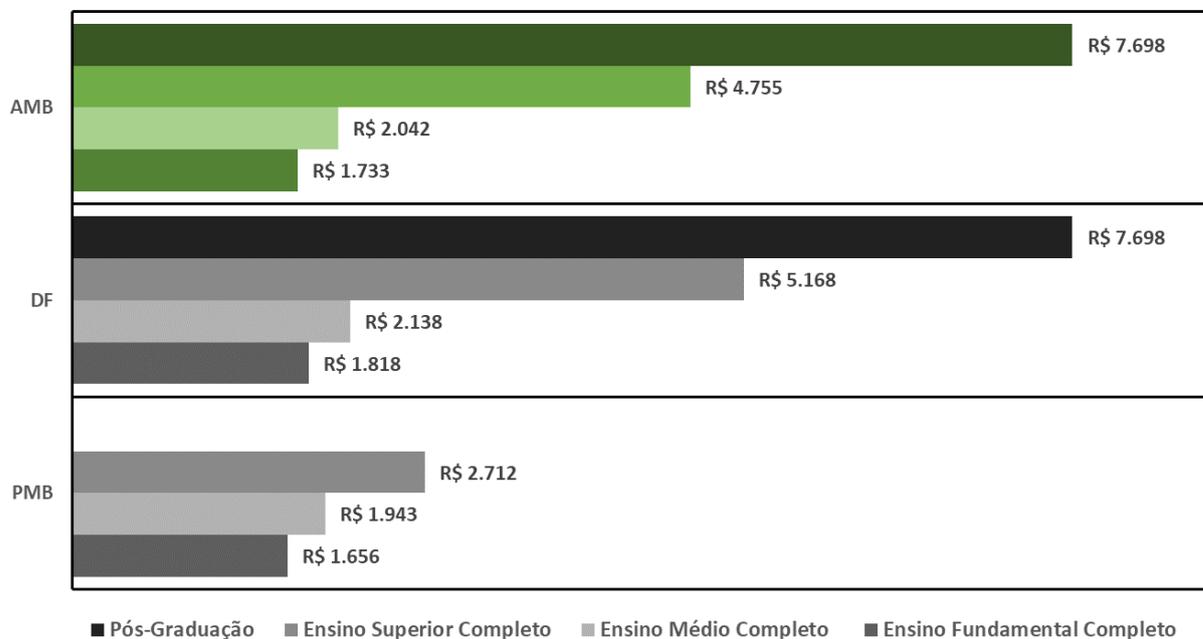
Essa e outras diferenças podem ser vistas no Gráfico 16. Cabe, ainda, destacar que o Distrito Federal, mais uma vez, desponta com salários e rendimentos maiores, ratificando seu papel de polo econômico.

A remuneração média na construção também difere dependendo da forma de vinculação dos ocupados. Entre as informações que se mostraram estatisticamente significantes, é possível observar no Gráfico 17 que a maior remuneração é a do assalariado no setor público, com R\$ 12.562 na Área Metropolitana de Brasília.

A segunda maior remuneração é a do empregador que registra a maior dispersão de valores, isto é, alguns empregadores recebem muito menos e outros muito mais do que a média. As demais posições apresentam remuneração relativamente parecidas, bem abaixo das duas primeiras posições. Já os autônomos aparecem com os níveis mais baixos de

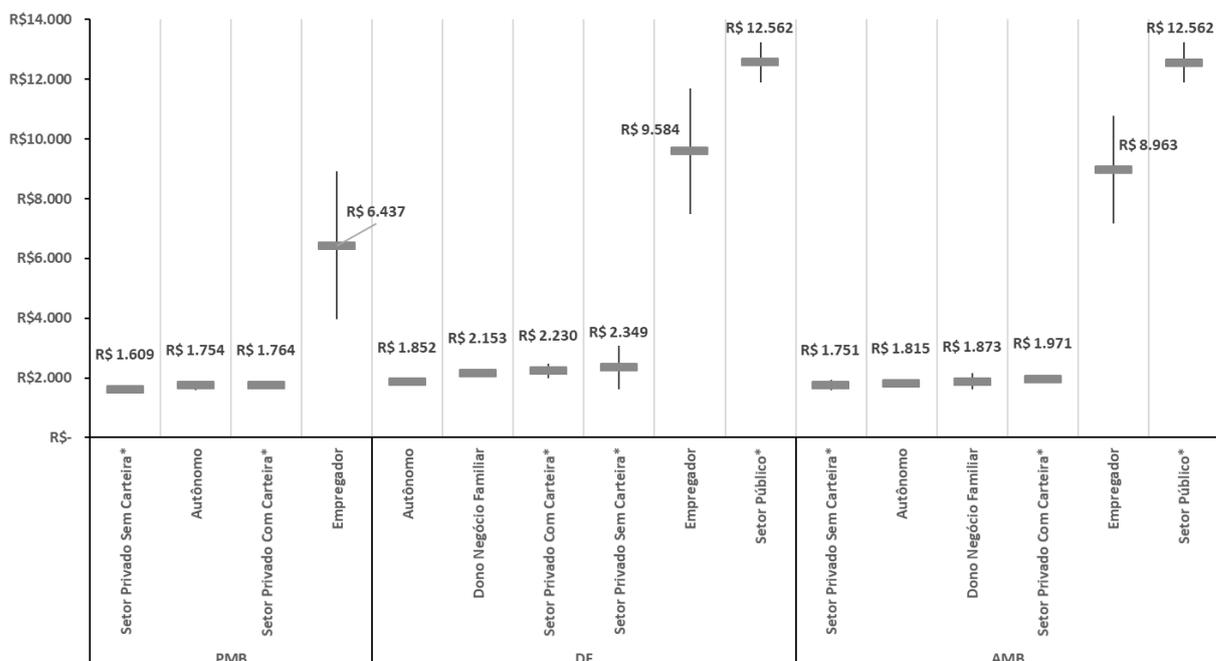
remuneração no DF, de R\$ 1.852, enquanto na PMB, são os assalariados no setor privado sem carteira assinada, com uma média de rendimentos de R\$ 1.609.

Gráfico 16 - Rendimento médio do ocupado da construção, por nível de escolaridade - DF, PMB, AMB - 2021 (R\$) (a preços de dezembro de 2021)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

Gráfico 17 - Rendimento médio do ocupado da construção, por tipo de inserção ocupacional - DF, PMB e AMB - 2021 (R\$) (a preços de dezembro de 2021)

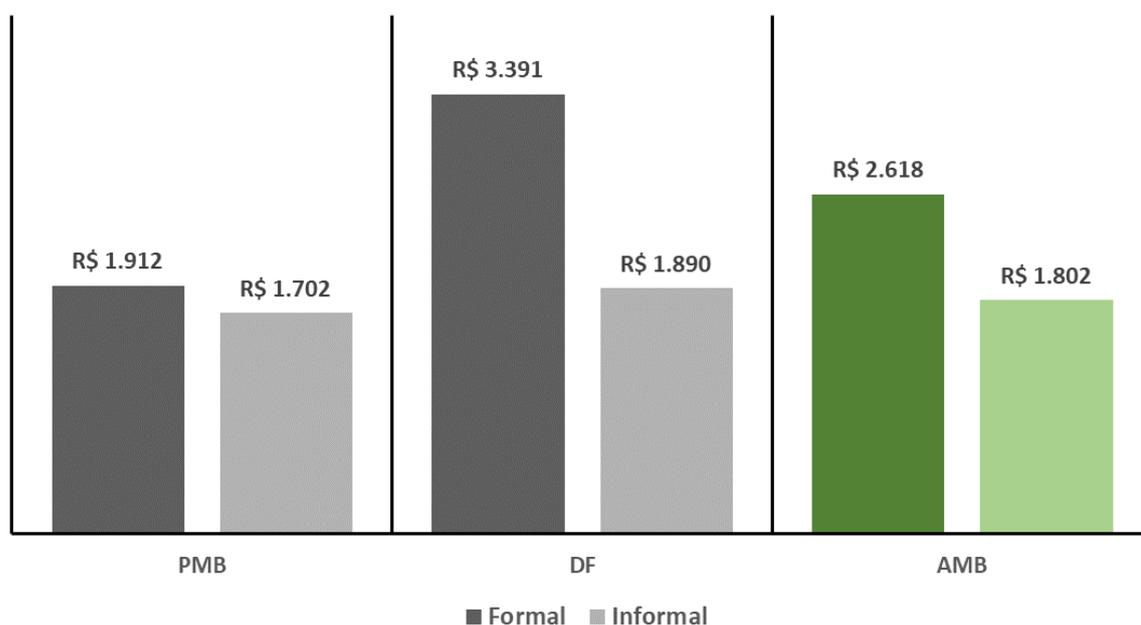


Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

Contudo as ocupações que se vinculam de maneira informal tendem a apresentar remuneração mais baixa. Para tanto, as ocupações segundo a vinculação no mercado de trabalho foram agrupadas para gerar dois grandes grupos: ocupados formais e ocupados informais.

O resultado da remuneração média segundo o grau de formalidade é apresentado no Gráfico 18. A diferença na AMB chega a ser de 31%, isto é, um ocupado informal, em média, recebe 70% do que um ocupado formal. Isso significa que o trabalhador informal - que já está em uma situação de maior vulnerabilidade por não possuir toda a proteção social que a formalidade oferece - também recebe menor remuneração.

Gráfico 18 - Rendimento médio do ocupado da construção segundo o grau de informalidade - DF, PMB, AMB - 2021 (R\$) (a preços de dezembro de 2021)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF Codeplan-Dieese
Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do perfil do ocupado traz importantes resultados que permitem um melhor entendimento sobre a mão de obra ocupada em atividades relacionadas à construção. Com bases nessas características, é possível desenvolver políticas públicas específicas para adequar a mão de obra disponível às reais necessidades desse segmento, bem como informar aos ocupados que desejem ingressar nessa profissão as atribuições básicas demandadas no desempenho da função.

A identificação dos ocupados da construção mostrou que existem mais de 112 mil profissionais atuando nesse segmento no Distrito Federal, dos quais, quase 30% residem na periferia metropolitana e se deslocam à capital para desempenharem as suas respectivas funções. Isso reforça o entendimento de que o Distrito Federal é um polo atrator e um centro de oferta do mercado de trabalho.

Nesse contexto, a construção apresentou-se como uma atividade produtiva que emprega, majoritariamente, homens, com pelo menos o ensino médio completo e em idade adulta. A informalidade é intensa e tem suas bases nas formas de inserção ocupacional; predominam os autônomos e os ocupados sem carteira assinada.

Essa composição da mão de obra ajuda a explicar o baixo rendimento médio dos ocupados, bem como a sua dificuldade de acesso a benefícios sociais como a previdência privada. Igualmente, a falta de proteção trabalhista contribui para que os ocupados nesse segmento se aposentem mais tarde. A idade média estimada de aposentadoria dos ocupados da construção está entre 67 e 69 anos, apesar de ser uma atividade que exige vigor e força nas suas principais atribuições.

Por fim, com base nas características apresentadas, é possível afirmar que o perfil do ocupado da construção que reside em algum dos municípios que pertencem à Periferia Metropolitana de Brasília é semelhante àquele da capital federal. Contudo verificam-se diferenças no que tange ao nível de escolaridade, ao apresentar uma menor parcela de pessoas com ensino superior; ao tipo de vinculação, existência de menos empregadores; e à média de rendimento. Isso indica que o mercado de trabalho da Periferia Metropolitana de Brasília complementa o do Distrito Federal com mão de obra menos qualificada, na condição de empregados e com menor remuneração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). Nota Técnica nº 1/2014. **Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília** (Área Metropolitana de Brasília). Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Delimita%C3%A7%C3%A3o-do-Espa%C3%A7o-Metropolitano-de-Bras%C3%ADlia-AMB.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Trabalho e Construção na Região Metropolitana de Porto Alegre. **O ocupado e a inserção ocupacional na Construção**. 2017. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/20170525informe-ped-construcao-2017.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PAVIANI, A. Área Metropolitana de Brasília a integrar: o desafio do desemprego e da descentralização de atividades. VASCONCELOS, A.M.N. *et al.* (org). Território e Sociedade: **As múltiplas faces da Brasília metropolitana**. Disponível em: <https://books.openedition.org/irdeditions/35764>. Acesso em: 26 jul. 2022.

THISSE, J.F. Geografia Econômica. In: CRUZ, B.O.; FURTADO, B.A.; MONASTERIO, L. e JÚNIOR, W.R. (org.) **Economia Regional: Teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011, pp. 17-42.

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.ipe.df.gov.br
ipe@ipe.df.gov.br